

MINUTA

ANEXO 01

ATOS CONSTITUTIVOS DA SPE CONCESSIONÁRIA

## MINUTA

### ANEXO 02

#### CRITÉRIO PARA A REMUNERAÇÃO DAS OBRAS

1. O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS consiste na apresentação das FASES das OBRAS, para fins do correspondente cancelamento da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA, e baixa do registro da HIPOTECA sobre os LOTES, devidos por cada FASE.
2. Após a emissão do TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL de cada FASE das OBRAS, a CONTRATADA procederá ao respectivo cancelamento da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA, e baixa do registro da HIPOTECA sobre os LOTES, devidos por cada FASE, correspondente ao percentual de investimento previsto para cada FASE no CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS - Coluna "Investimento (%)", e assim sucessivamente, até a entrega da última FASE das OBRAS, nos termos do CONTRATO.
3. A remuneração dos SERVIÇOS de conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ será mediante CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária mensal e variável conforme QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID.

# MINUTA

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS:

Marcos da PPP						
Item	Descrição	%	Mês#1	Mês#2	(...)	Mês#24
	<b>Terraplenagem</b>	<b>49,25%</b>				
1	0+000 a 0+500	8,02%				
2	0+500 a 0+900	6,42%				
3	0+900 a 1+420	8,34%				
4	1+420 a 1+780	5,78%				
5	1+780 a 2+000	3,53%				
6	2+000 a 2+231	3,71%				
7	2+231 a 2+628	6,37%				
8	2+628 a 3+069	7,08%				
	<b>Pavimentação - Estrutura de Pavimento</b>	<b>2,83%</b>				
9	0+000 a 0+500	0,46%				
10	0+500 a 0+900	0,37%				
11	0+900 a 1+420	0,48%				
12	1+420 a 1+780	0,33%				
13	1+780 a 2+000	0,20%				
14	2+000 a 2+231	0,21%				
15	2+231 a 2+628	0,37%				
16	2+628 a 3+069	0,41%				
	<b>Pavimentação - CBUQ</b>	<b>2,35%</b>				
17	0+000 a 0+500	0,38%				
18	0+500 a 0+900	0,31%				
19	0+900 a 1+420	0,40%				
20	1+420 a 1+780	0,28%				
21	1+780 a 2+000	0,17%				
22	2+000 a 2+231	0,18%				
23	2+231 a 2+628	0,30%				
24	2+628 a 3+069	0,34%				
	<b>Drenagem</b>	<b>1,43%</b>				
25	0+000 a 0+500	0,23%				
26	0+500 a 0+900	0,19%				
27	0+900 a 1+420	0,24%				
28	1+420 a 1+780	0,17%				

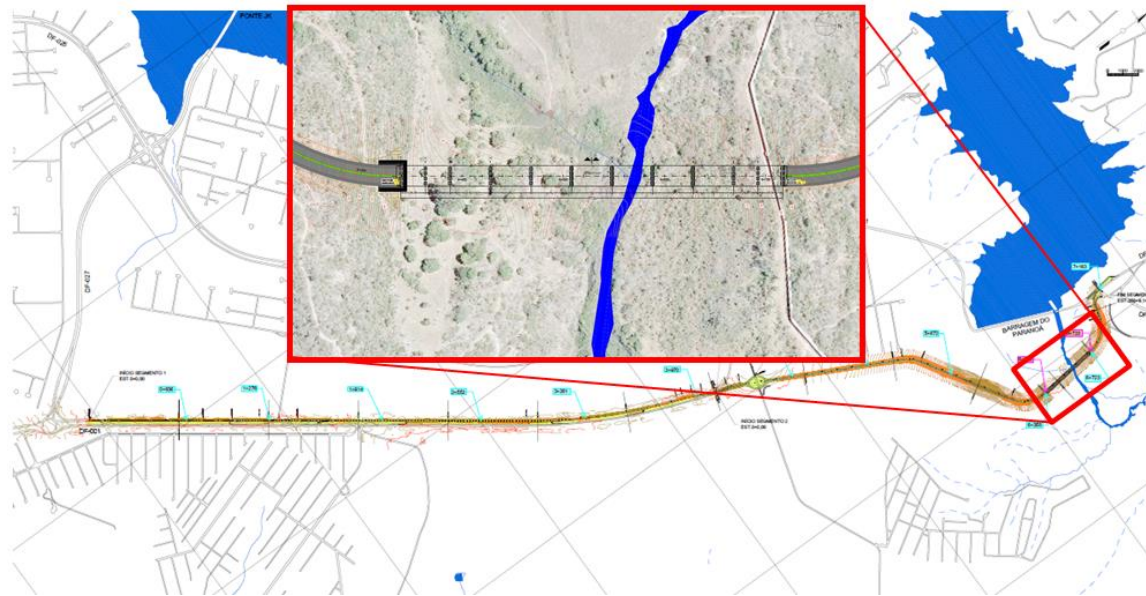
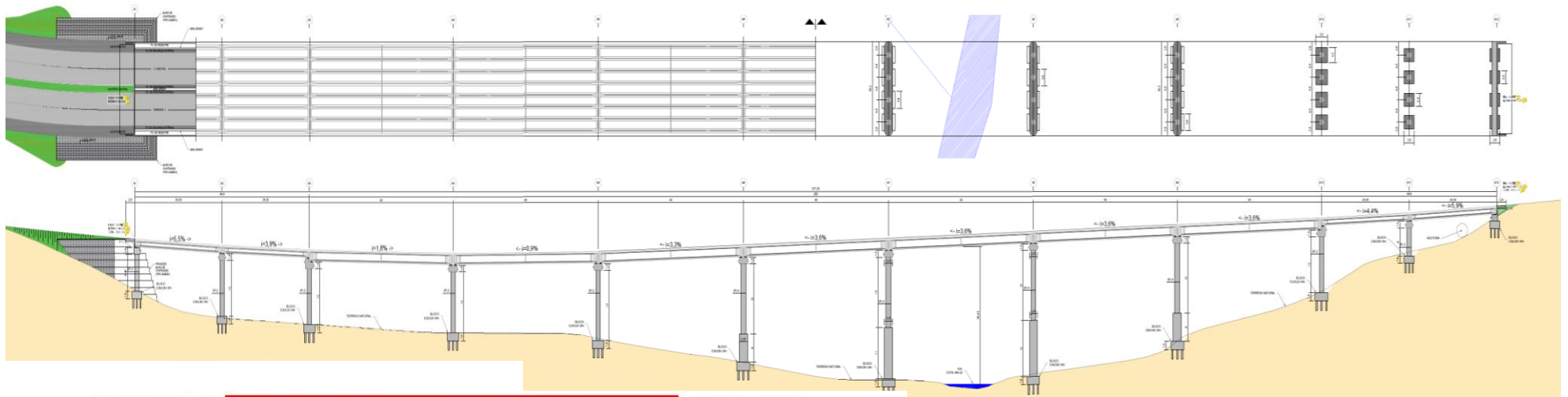
# MINUTA

29	1+780 a 2+000	0,10%				
30	2+000 a 2+231	0,11%				
31	2+231 a 2+628	0,18%				
32	2+628 a 3+069	0,21%				
	<b>Sinalização</b>	<b>0,31%</b>				
33	0+000 a 0+500	0,05%				
34	0+500 a 0+900	0,04%				
35	0+900 a 1+420	0,05%				
36	1+420 a 1+780	0,04%				
37	1+780 a 2+000	0,02%				
38	2+000 a 2+231	0,02%				
39	2+231 a 2+628	0,04%				
40	2+628 a 3+069	0,04%				
	<b>Paisagismo</b>	<b>0,25%</b>				
41	Finalização Paisagismo	0,25%				
	<b>Iluminação</b>	<b>0,75%</b>				
42	Finalização Iluminação	0,75%				
	<b>Obras de Contenção</b>	<b>1,16%</b>				
43	Finalização Obras de Contenção	1,16%				
	<b>Infraestrutura - fundações</b>	<b>7,03%</b>				
44	Eixo A1 - A2	0,81%				
45	Eixo A3	0,61%				
46	Eixo A4	0,61%				
47	Eixo A5	0,61%				
48	Eixo A6	0,75%				
49	Eixo A7	0,75%				
50	Eixo A8	0,75%				
51	Eixo A9	0,75%				
52	Eixo A10	0,61%				
53	Eixo A11 - A12	0,81%				
	<b>Mesoestrutura</b>	<b>10,79%</b>				
54	Eixo A1 - A3	1,61%				
55	Eixo A4 - A5	1,37%				
56	Eixo A6	1,40%				
57	Eixo A7	1,85%				
58	Eixo A8	1,94%				

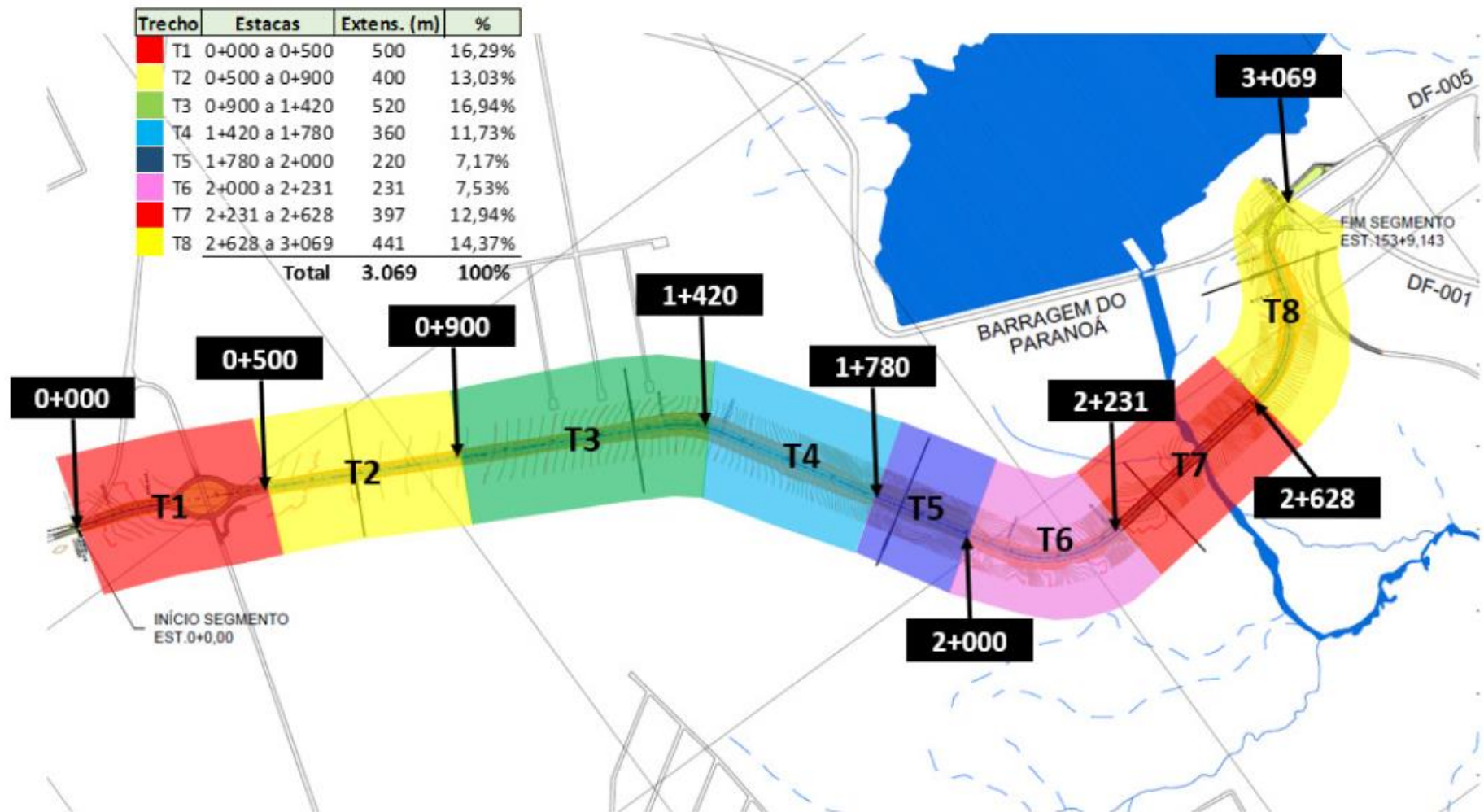
# MINUTA

59	Eixo A9	1,40%				
60	Eixo A10 - A12	1,23%				
	<b>Superestrutura</b>	<b>23,86%</b>				
61	Trecho A1-A2	1,38%				
62	Trecho A2-A3	1,38%				
63	Trecho A3-A4	2,62%				
64	Trecho A4-A5	2,62%				
65	Trecho A5-A6	2,62%				
66	Trecho A6-A7	2,62%				
67	Trecho A7-A8	2,62%				
68	Trecho A8-A9	2,62%				
69	Trecho A9-A10	2,62%				
70	Trecho A10-A11	1,38%				
71	Trecho A11-A12	1,38%				
		<b>100%</b>				

# MINUTA



# MINUTA



MINUTA

ANEXO 03

ANTEPROJETO DAS OBRAS

MINUTA

ANEXO 04

ORÇAMENTO REFERENCIAL ESTIMADO

MINUTA

ANEXO 05

ANTEPROJETO DOS SERVIÇOS

# MINUTA

## ANTEPROJETO DOS SERVIÇOS

### I - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA PPP:

Em conformidade com a legislação vigente toda Parceria Público-Privada, envolve necessariamente, a prestação de serviços. Para o caso desta PPP, cujo prazo de concessão é de 17 (dezessete) anos, os SERVIÇOS envolvidos referem-se a conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, serviços esses necessários à preservação e ao bom funcionamento da infraestrutura em geral, e principalmente manter uma unidade de conceito em toda a área de intervenção no âmbito da PPP. Isso significa que, além de ser implantada uma infraestrutura com o mesmo padrão de qualidade, será oferecido um serviço de conservação e manutenção padronizado desde a Ponte da Barragem, a duplicação de trecho da DF-001.

Isso proporcionará segurança e conforto aos usuários, uma vez que toda a pavimentação, drenagem, sinalização, paisagismo e a Nova Ponte sobre o Paranoá estarão permanentemente cuidados.

Mais especificamente, o escopo dos serviços envolverá os itens especificados a seguir.

1. Conservação e manutenção de todo sistema viário,
2. Monitoramento técnico especializado, conservação e manutenção da ponte.
3. Conservação e manutenção do pavimento.
4. Conservação e manutenção das guias, sarjetas e meio-fio.
5. Manutenção da sinalização horizontal e vertical.
6. Manutenção das calçadas, passeios e ciclovias (quando houver).
7. Limpeza e desentupimento do sistema de drenagem de águas pluviais do sistema viário, incluindo valas, canaletas, bueiros e galerias.
8. Manutenção das áreas gramadas contíguas ao sistema viário.

### II - QUANTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

Os serviços de conservação e manutenção envolvem toda a extensão da área de intervenção da VIA PONTE PARANOÁ.

Área da VIA PONTE PARANOÁ propriamente dita e de suas conexões com o sistema viário existente, destinada as obras públicas. Pode-se entender que essa área seria a “faixa de domínio” da VIA PONTE PARANOÁ e as demais vias públicas de conexões, segmentadas segundo as FASES de implantação.

Essa área pode ser visualizada no Anexo 05.

### III - DESCRITIVO:

## MINUTA

1. Os SERVIÇOS de conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ serão executados conforme o PROJETO EXECUTIVO dos SERVIÇOS a ser elaborado pela CONTRATADA.
2. A execução dos SERVIÇOS terá início imediatamente após a conclusão e aceitação das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ:
3. Os SERVIÇOS têm como objetivo manter e conservar as áreas públicas e serão avaliados mensalmente, conforme a performance da CONTRATADA, para fins de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO.
4. As Leis, Decretos e Normas, em especial as Normas Regulamentadoras (NRs), deverão ser seguidos pela CONTRATADA para a execução dos SERVIÇOS.
5. Todos os materiais, tais como ferramentas, equipamentos, mão-de-obra, materiais de reposição, equipamentos de proteção individual, uniformes e todos os insumos como água, adubo, plantas, terra, dentre outros, necessários à realização dos SERVIÇOS de conservação e manutenção, serão fornecidos pela CONTRATADA.

MINUTA

ANEXO 06

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS

## MINUTA

### ANEXO 07

#### METODOLOGIA DE CÁLCULO E PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA À CONTRATADA

1. A CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária mensal é servível para remunerar os SERVIÇOS de conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ.
2. Após concluídas integralmente as OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ, a CONTRATADA obriga-se a iniciar imediatamente a execução dos SERVIÇOS.
3. Durante o período de execução das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ, não haverá pagamento de CONTRAPRESTAÇÃO para remunerar SERVIÇOS, cuja eventual conservação e/ou manutenção caberá à CONTRATADA.
4. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO devida à CONTRATADA será variável e calculado segundo NOTA atribuída ao desempenho da CONTRATADA na execução dos SERVIÇOS o mês correspondente, em conformidade com o sistema de avaliação mensal de desempenho.
5. A avaliação mensal de desempenho da CONTRATADA quanto à execução dos SERVIÇOS tem duas funções: (i) incentivar o desempenho da CONTRATADA que será remunerada conforme seu nível de performance; e (ii) equacionar a distribuição de riscos deste CONTRATO
6. A avaliação de desempenho da CONTRATADA será realizada mediante Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), constituído de indicadores mensuráveis de forma transparente e desenhados para incentivar a CONTRATADA a alcançar os níveis elevados de desempenho.
7. As planilhas do QID padronizam a metodologia de avaliação dos SERVIÇOS, cujo método de avaliação adotado visa pontuar os principais SERVIÇOS que determinam as suas condições de manutenção.
8. O resultado da avaliação será calculado através da PLANILHA DE CONSOLIDAÇÃO das pontuações provenientes das planilhas específicas de SERVIÇOS, mediante avaliação mensal.

## MINUTA

9. Ao final de cada mês, a CONTRATADA consolidará todos os indicadores de desempenho, e os disponibilizará em forma de Relatório Mensal de QID ao DISTRITO FEDERAL.
10. O DISTRITO FEDERAL deverá analisar o Relatório Mensal de QID, avaliando a compatibilidade dos valores apresentados com os critérios de aceitabilidade de cada um dos SERVIÇOS.
11. Com base no Relatório Mensal de QID, o DISTRITO FEDERAL calculará a Nota de Desempenho a ser utilizada para cálculo do valor da CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária efetivamente devida.
12. Caso haja discordância dos valores entre o DISTRITO FEDERAL e a CONTRATADA, aplicar-se-á a solução prevista no CONTRATO.
13. O cálculo do valor da CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária deverá observar os seguintes critérios:
  - a) Os itens de desempenho de SERVIÇOS obterão notas individuais que variam de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), decorrentes da avaliação de seus inúmeros SERVIÇOS prestados.
  - b) As notas individuais resultantes de cada um dos itens de desempenho de SERVIÇOS serão transportadas para a PLANILHA DE CONSOLIDAÇÃO, permitindo o cálculo de seu Total Geral.
  - c) O Total Geral da PLANILHA DE CONSOLIDAÇÃO será convertido em um percentual de faturamento, conforme o valor atingido.
  - d) A NOTA DE QID será sempre igual a 100% nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da execução dos SERVIÇOS, período esse considerado razoável para adequação e uniformização desses SERVIÇOS.
14. A CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL será calculada a partir da seguinte fórmula que já considera a PENALIDADE em caso de ineficiência da CONTRATADA quanto á execução

## MINUTA

dos SERVIÇOS:

$$CM = VI \times PF$$

Tabela PF:

<b>Total Geral</b>	<b>PF</b>
100 - 90	100%
89 - 80	90%
79 - 70	80%
69 - 60	70%
Abaixo de 60	60%

Onde:

CM = Contraprestação pecuniária mensal da CONTRATADA (R\$)

VI = Valor integral da CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária mensal

PF = Percentual de faturamento extraído da tabela acima, conforme o Total Geral da Planilha de Consolidação de Desempenho Geral

MINUTA

ANEXO 08

DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

MINUTA

ANEXO 09

DIRETRIZES URBANÍSTICAS

## MINUTA

### ANEXO 10

#### DIRETRIZES MANDATÓRIAS GERAIS

O sistema viário da DF-001, compreendendo o trecho entre a interseção da via de acesso à EPDB e a interseção da DF-001 com a DF-005, incluindo aí a nova OAE Ponte Paranoá tem suas condições específicas descritas no Anexo 03. Os parâmetros listados a seguir não poderão ser alterados:

1. A categoria da via é de Classificação I-A;
2. Deverá ter 2 (duas) faixas de rolamento em cada sentido, com exceção da OAE que deverá prever 3 faixas de rolamento cada sentido;
3. A largura da cada pista de rolamento deverá ser de no mínimo de 3,50 m;
4. A extensão total do sistema viário é de 3,07 km;
5. A execução da terraplanagem para desmonte de material de 3ª categoria não poderá ser realizada com a utilização de explosivos;
6. Para o dimensionamento da Obra de Arte Especial, determina-se a utilização do trem tipo rodoviário TB-45;
7. Devem ser previstos no projeto executivo da OAE, a) espaço suficiente entre a estrutura e a tubulação de adução, de forma que não prejudique as ações de manutenção ou corretivas da tubulação, b) barreiras físicas dinâmicas de proteção da tubulação de adução, c) a realização de estudo contemplando o modelo de inundação, considerando a vazão máxima do vertedouro da barragem de  $540\text{m}^3/\text{s}$ ;
8. A cota mínima de nível do tabuleiro da OAE nos eixos A1 e A12 constante das cabeceiras da ponte, conforme Anexo 03 deverá ser de no mínimo 985,145 e 992,137 respectivamente;
9. A largura total mínima do tabuleiro deverá ser de 27,40 m, conforme Anexo 03;
10. A extensão mínima da OAE deverá ser de 377,20 m, conforme Anexo 03.

MINUTA

ANEXO 11

IMÓVEL - GLEBA - CROQUI

MINUTA

ANEXO 12

IMÓVEL - GLEBA - MATRÍCULA

## MINUTA

### ANEXO 13

#### PLANO DE SEGUROS

1. A CONTRATADA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, apresentará e manterá em vigor as coberturas de seguro estabelecidas nos itens seguintes.
2. Riscos de Engenharia (do tipo *allrisks*), cobrindo a execução das OBRAS civis, instalações e montagens, cuja apólice deverá ser apresentada ao DISTRITO FEDERAL, em até 60 (sessenta) dias contados da data de instalação do canteiro de OBRAS, correspondendo a 100% (cem por cento) do valor das OBRAS, considerando o período total, desde o início das OBRAS até a entrega definitiva das OBRAS.
3. Esta apólice deverá ser complementada ao menos com as seguintes coberturas adicionais mínimas:
  - a. Erro de Projeto - valor segurado: 100% (cem por cento) do valor total das OBRAS Civis.
  - b. Risco do Fabricante (se aplicável) - valor segurado: 100% (cem por cento) do valor total do Fornecimento, Instalação e Montagem dos Equipamentos eventualmente integrantes do escopo das OBRAS.
4. As coberturas de seguro previstas neste subitem deverão incluir cobertura de danos de força maior sempre que forem seguráveis.
5. Seguro de responsabilidade civil OBRAS, na base de ocorrência, cobrindo a CONTRATADA e as CONTRATANTES, bem como suas SUBCONTRATADAS.
  - a. O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil OBRAS não deverá ser inferior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) incluindo componentes de coberturas de empregador, danos morais, poluição súbita e fundações.
6. Seguro de responsabilidade civil operações, na base de ocorrência, cobrindo a CONTRATADA e as CONTRATANTES, bem como seus administradores, empregados, funcionários, contratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, indenizações, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos pessoais, morais ou materiais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
  - a. O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil operações não deverá ser inferior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) incluindo componentes de coberturas de empregador, danos morais, poluição súbita e contingentes de veículos.
7. Seguro de riscos patrimoniais a ser contratado com o início da conservação do EMPREENDIMENTO e renovado anualmente até o último ano de vigência do CONTRATO. O valor em risco desta apólice deverá contemplar todos os BENS REVERSÍVEIS e o respectivo valor deverá ser atualizado anualmente.
8. Todas as apólices de seguro incluirão as CONTRATANTES como co-segurados.
9. A CONTRATADA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONTRATADA e às CONTRATANTES, quaisquer fatos que possam implicar o

## MINUTA

cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas.

10. À cada renovação de seguro, a CONTRATADA deverá fornecer, certificado emitido pela seguradora evidenciando a renovação das apólices de seguros e, portanto, sua permanente validade.
11. A CONTRATADA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las às várias fases de desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como a eventuais mudanças no mercado de seguros ao longo do tempo.

# MINUTA

## ANEXO 14

### QUADROS DE INDICADORES DE DESEMPENHO DESEMPENHO GERAL MODELO DE PLANILHA DE CONSOLIDAÇÃO

Avaliação de Desempenho

Desempenho Geral		
Mês e ano da avaliação _____ / _____		
Áreas	Total	Observação
1. Avaliação de Gerenciamento Geral e Recursos Humanos	100%	Conforme planilha "1 Avaliação Geral da Empresa"
2. Avaliação da Manutenção Viária	100%	Conforme planilha "2 Avaliação de Manutenção Viária"
3. Avaliação dos Serviços de Jardinagem	100%	Conforme planilha "3 Avaliação de Serviços de Jardinagem"
4. Avaliação dos Serviços de Manutenção e Conservação da Ponte Paranoá	100%	Conforme planilha "4 Avaliação dos Serviços de Manutenção e Conservação da Ponte Paranoá"
<b>Total</b>	<b>100</b>	
Observações Gerais		
Responsável pela Inspeção:		
Data:		

# MINUTA

Avaliação de Desempenho

## 1. Avaliação de Gerenciamento Geral e Recursos Humanos

Mês da avaliação:

Critério	Aprovado	Aprov. com observações	Reprovado	Observação
----------	----------	------------------------	-----------	------------

### 1 Pessoal

Ausência de acidentes de trabalho com afastamento no mês	X	NA		
--	---	----	--	--

### 2 Documentação - Relação de documentos a serem apresentados mensalmente

Relação de Empregados lotados no Empreendimento	X			
Dossiê do Colaborador	X			
Cartão e/ou Folha de Ponto do Mês Anterior	X			
GRPS	X			
GRE (FGTS)	X			
PIS	X			
FOPAG	X	NA		
Rescisão Contratual	X	NA		
Protocolo de entrega do Seguro Desemprego	X			
Comprovante de Entrega de Vale Transporte	X			
Comprovante de Entrega de Vale Refeição	X			
Relação de Férias vencidas ou a vencer no ano	X			
Total de "X" por colunas	13	13	0	Pontos = 100,00%

Legenda: Aprovado: Item foi avaliado e considerado satisfatório;

Aprovado com observação: Item que apresentarem um mínimo de 90% de atendimento. As observações devem ser implantadas até a próxima verificação ou no prazo acordado entre as partes;

Reprovado: Item que apresentar mais de 10% de não atendimento e aquele, cuja observação na vistoria anterior, não foi regularizada dentro do prazo acordado.

Pontos = ((Total Aprovado + Total Aprovado com comentários) / (Total Aprovado + Total Aprovado com comentários + Total Reprovado)) x 100

Observações Gerais

Responsável pela Inspeção:

Data:

# MINUTA

## Avaliação de Desempenho

### 2. Avaliação da Manutenção Viária

Mês da avaliação:

Critério	Aprovado	Aprov. com observações	Reprovado	Observação
Uso de uniforme pelos funcionários	X			
Existência de plano ou cronograma de manutenção viária	X			
Execução de reparos no viário principal: após abertura de chamado em até 5 dias úteis	X			
Execução de reparo nos viários secundários: após abertura de chamado em até 10 dias úteis	X			
Estado de conservação do pavimento do viário principal, não podendo apresentar buracos com diâmetro acima de 20 cm e restrito a até 1 unidade a cada 20 metros lineares de via.	X			
Estado de conservação do pavimento do viário secundário, não podendo apresentar buracos com diâmetro acima de 20 e restrito a até 2 unidades a cada 20 metros lineares de via.	X			
Existência de sinalização horizontal no pavimento, que seja possível identificar a uma distância de 5 metros na via	X			
Meio-fio do viário principal: apresenta-se contínuo, sem peças faltando ou soltas (salvo local que estiver em obras)	X			
Sarjeta do viário principal: inexistência de buracos ou rompimentos, podendo apresentar fissuras e pequenas rachaduras (salvo local que estiver em obras)	X			
Calçadas: devem estar inteiras, não apresentando buracos ou recalques	X			
Ciclovias: pavimento deve ser contínuo, sem apresentar buracos maiores que 5 cm de diâmetro e restrito a até 1 unidade a cada 20 metros lineares de via. A pintura da ciclovia deve ser visível na via a uma distância de 5 metros.	X			
Limpeza das placas de identificação de quadras devendo o texto ser legível a uma distância de 10 metros	X			
Utilização de EPI's pelos funcionários	X			
Total de "X" por colunas	13	0	0	Pontos = 100,00%
Legenda: Aprovado: Item foi avaliado e considerado satisfatório; Aprovado com observação: Item foi avaliado e as observações devem ser implantadas até o próximo mês ou no prazo acordado entre as partes; Reprovado: Item que teve observação na avaliação do mês anterior, porém não houve a regularização dentro do prazo Pontos = ((Total Aprovado + Total Aprovado com comentários) / (Total Aprovado + Total Aprovado com comentários + Total Reprovado)) x 100				
Observações Gerais				

# MINUTA

## Avaliação de Desempenho

### 3. Avaliação dos Serviços de Jardinagem

Mês da avaliação:

Critério	Aprovado	Aprov. com observações	Reprovado	Observação
Uso de uniforme pelos funcionários	X			
Existência de plano ou cronograma de jardinagem	X			
Roçada das áreas gramadas, não devendo a folha da grama atingir uma altura acima de 10 cm do gramado	X			
As ervas rasteiras e daninhas nos canteiros devem ser eliminadas, não podendo haver ervas sufocando as plantas dos canteiros	X			
Utilização de tela de proteção entre a grama e a via, quando se utilizar a roçadeira no corte de grama a menos de 2 metros da via	X			
Utilização de cones de sinalização na via, quando houverem funcionários trabalhando a menos de 0,5 metros da via, ou na própria via	X			
Utilização de EPI's pelos funcionários	X			
Regularização de áreas que apresentaram erosão, com recuperação da vegetação	X			
Retirada e bota fora do material proveniente dos serviços de jardinagem em local apropriado	X			
Total de "X" por colunas	9	0	0	Pontos = 100,00%

Legenda: Aprovado: Item foi avaliado e considerado satisfatório;  
Aprovado com observação: Item foi avaliado e as observações devem ser implantadas até o próximo mes ou no prazo acordado entre as partes;  
Reprovado: Item que teve observação na avaliação do mes anterior, porém não houve a regularizado dentro do prazo  
Pontos = ((Total Aprovado + Total Aprovado com comentários) / (Total Aprovado + Total Aprovado com comentários + Total Reprovado))

Observações Gerais

Responsável pela Inspeção:

Data:

# MINUTA

## Avaliação de Desempenho

### 4. Avaliação dos Serviços de Manutenção e Conservação da Ponte Paranoá

Mês da avaliação:

Critério	Aprovado	Aprov. com observações	Reprovado	Observação
Dispositivos de drenagem das estruturas: Serão limpos pelo menos uma vez por ano.	X			
Juntas de dilatação e aparelhos de apoio: Deverão ser substituídos, quando, em inspeção semestral, for detectada peça danificada, no primeiro caso, ou aparelho deteriorado ou com deformação excessiva, no segundo caso.	X			
Guarda-corpo: Em caso de dano, a proteção do trecho deve ser providenciada imediatamente e o reparo, iniciado em no máximo 10 dias.	X			
Guarda-corpos metálicos e outras superfícies expostas ao tráfego: Serão mantidas sempre limpas e em perfeito estado de conservação, devendo ser recompostas no prazo máximo 72 (setenta e duas) horas nos casos de pichação e vandalismo.	X			
Estruturas de concreto armado ou protendido Blocos de fundações. Deverão ser inspecionados pelo menos uma vez por ano, verificando surgimento de fissuras e/ou trinca	X			
Total de "X" por colunas	5	0	0	Pontos = 100,00%
<p>Legenda: Aprovado: Item foi avaliado e considerado satisfatório;  Aprovado com observação: Item foi avaliado e as observações devem ser implantadas até o próximo mes ou no prazo acordado entre as partes;  Reprovado: Item que teve observação na avaliação do mes anterior, porém não houve a regularizado dentro do prazo  Pontos = ((Total Aprovado + Total Aprovado com comentários) / (Total Aprovado + Total Aprovado com comentários + Total Reprovado)) x 100</p>				
Observações Gerais				
Responsável pela Inspeção:				
Data:				

# MINUTA

## ANEXO 15

### REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo estabelecer parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas por inobservância dos deveres decorrentes da participação no processo licitatório e no contrato de concessão, sem excluir a incidência da Lei nº 12.846/2013.

Art. 2º As sanções devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada das CONTRATANTES, assegurando o direito à ampla defesa e ao devido processo legal, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 3º Constitui ilícito administrativo a prática dos seguintes atos pelo licitante:

I - impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;

II - devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;

III - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

IV - desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;

V - apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório;

VI - recusar-se, injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, exceto quanto aos licitantes convocados que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço;

## MINUTA

VII - cometer fraude fiscal;

VIII - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

IX - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

Art. 4º Constitui ilícito administrativo a prática dos seguintes atos, pelo contratado:

I - admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

II - haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;

III - ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;

IV - incorrer em inexecução de contrato;

V - fraudar, em prejuízo da Administração, o CONTRATO celebrado:

a) elevando as receitas, em virtude de fornecimento de materiais e/ou equipamentos de características técnicas inferiores àquelas exigidas nas normas brasileiras da ABNT ou outras reconhecidas internacionalmente;

b) diminuindo os custos das OBRAS e SERVIÇOS pela alteração do PROJETO EXECUTIVO sem aprovação das CONTRATANTES;

c) alterando o PROJETO EXECUTIVO sem aprovação das CONTRATANTES;

d) tornando, injustificadamente, mais oneroso o CONTRATO.

VI - não prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

## MINUTA

VII - cometer fraude fiscal;

VIII - prestar os SERVIÇOS em desacordo com o CONTRATO;

IX - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

Art. 5º Para fins deste Regulamento aplicam-se as seguintes definições:

I - Advertência: sanção disciplinar aplicada por inobservância de obrigação que não justifique imposição de pena mais grave.

II - Antecedente: registro de sanção anteriormente imposta, publicada nos Diários Oficiais da União e do Distrito Federal, bem como Jornais de Grande Circulação, precedente no tempo em prazo não superior a cinco anos, à data de notificação da instauração do procedimento para apuração de descumprimento de obrigações.

III - Caducidade: sanção que determina a extinção da concessão.

IV - Infrator: pessoa jurídica que infringe as Leis, os regulamentos ou as demais normas aplicáveis ao serviço objeto da CONCESSÃO, bem como não observa os deveres decorrentes do contrato de CONTRATO.

V - Multa: sanção pecuniária imposta a pessoa jurídica, em decorrência de desrespeito a dispositivo das Leis aplicáveis ao setor, dos regulamentos ou das demais normas pertinentes, bem como em decorrência da inobservância dos deveres decorrentes do CONTRATO.

VI - Reincidência específica: repetição de falta de igual natureza, independente da gradação, com a correspondente notificação de instauração do procedimento para apuração de descumprimento de obrigação ocorrendo no decorrer do período de dois anos contados a partir da data de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal do ato de imposição de sanção anteriormente aplicada.

Art. 6º Ao LICITANTE e ao CONTRATADO, que incorram nas faltas previstas neste ANEXO, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:

## MINUTA

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 05 (cinco) anos;

IV - caducidade;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública;

VI - descredenciamento do sistema de registro cadastral.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos II, III, IV e V deste artigo poderão ser aplicadas ao ADJUDICATÁRIO e ao CONTRATADO, cumulativamente com a multa.

Art. 7º A Administração deverá constituir comissão processante para apurar as faltas administrativas previstas neste ANEXO.

Art. 8º Ao licitante e ao contratado é assegurado o direito de defesa no processo instaurado para a aplicação de penalidades.

Art. 9º Na hipótese prevista no artigo anterior, o interessado deverá apresentar sua defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de provas admitidas em direito.

Parágrafo único. Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim.

Art. 10. Concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 11. A Comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma

## MINUTA

motivada as sanções a serem aplicadas e após e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, depois do devido o pronunciamento da assessoria jurídica das CONTRATANTES.

Art. 12. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do CONTRATO sujeitará o CONTRATADO e as CONTRATANTES à multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos o limite máximo de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do ADJUDICATÁRIO em firmar o CONTRATO, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o CONTRATO e aplique as demais sanções legais e regulamentares, quando cabíveis.

§ 2º Nos casos de não emissão do TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADA ou FINAL no prazo fixado pelo CONTRATO, sujeitará o DISTRITO FEDERAL ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor do CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro ratia die*.

Art. 13. Será advertido verbalmente, pelo presidente da comissão, o LICITANTE cuja conduta vise a perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

Art. 14. Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, o presidente da COMISSÃO poderá requisitar o auxílio de força policial.

Art. 15. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos no art. 18 deste Regulamento e nos casos definidos em legislação específica.

## MINUTA

Art. 16. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública é da competência do Secretário de Estado competente ou de quem dele receber delegação.

Art. 17. Decorrido o prazo de dois anos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, a reabilitação poderá ser requerida perante a autoridade competente para aplicar a penalidade, sendo concedida sempre que o licitante ou contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos causados, se for o caso, e comprovar que não mais subsistem os motivos que ensejaram a penalidade.

Art. 18. A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os princípios e objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

IV - tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

Art. 19. Fica impedida de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

Art. 20. Nas infrações praticadas pelo CONTRATADO, também devem ser punidos com a sanção de multa seus administradores ou controladores, quando tiverem agido de má-fé.

## MINUTA

§ 1º Considera-se má-fé, dentre outros comportamentos caracterizados por fraude ou dolo:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de leis, regulamentos, contratos, termos e atos aplicáveis ou fatos incontroversos;

II - opor resistência injustificada ao andamento de processo, à fiscalização ou à execução de decisão das CONTRATANTES;

III - agir de modo temerário;

IV - provocar incidentes infundados;

V - interpor recurso ou pedido de reconsideração manifestamente protelatório.

§ 2º A multa prevista no *caput* deve ser proporcional à aplicada à pessoa jurídica.

§ 3º A apuração da presumível infração deve ser realizada em autos apartados, apensados ao processo principal, instaurado em desfavor da pessoa jurídica.

Art. 21. Na aplicação das sanções e na fixação das multas, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;

III - a vantagem auferida em virtude da infração;

IV - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

V - os antecedentes do infrator;

VI - a reincidência específica;

VII - a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de usuários atingidos;

VIII - a participação do infrator no mercado dentro de sua área geográfica de prestação do serviço;

## MINUTA

IX - a situação econômica e financeira do infrator, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio.

Parágrafo único. A falta que caracteriza a reincidência específica deve ser considerada como antecedente, após decorrido o período de dois anos da data da publicação do ato de imposição da sanção.

Art. 22. As infrações são classificadas de acordo com a seguinte gradação:

I - leve;

II - média;

III - grave.

§ 1º Para gradação da infração, devem ser considerados a natureza da infração, o caráter técnico e as disposições das Leis, dos regulamentos e das normas pertinentes.

§ 2º A infração deve ser considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis do infrator e da qual não se beneficie.

§ 3º A infração deve ser considerada média quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para o infrator qualquer benefício ou proveito, nem afete significativamente a prestação do serviço.

§ 4º A infração deve ser considerada grave quando as CONTRATANTES constatarem presente um dos seguintes fatores:

I - ter o infrator agido de má-fé;

II - decorrer da infração benefício direto ou indireto para o infrator;

III - ser o infrator reincidente;

IV - afete significativamente a prestação do serviço.

## MINUTA

§ 5º A gradação das infrações deve ser decidida pelas CONTRATANTES no caso concreto, com base nos princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e interesse público.

Art. 23. A critério das CONTRATANTES, nas infrações classificadas como leves, pode ser aplicada a pena de advertência ao infrator.

Art. 24. Caso considere mais conveniente ao interesse público, as CONTRATANTES, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação específica, poderão substituir sanção, salvo a advertência, por multa em valor proporcional à infração cometida.

Parágrafo único. A decisão de que trata o *caput* deve ser fundamentada, indicando explicitamente o interesse público a ser protegido, os critérios de conveniência e oportunidade adotados e os parâmetros de substituição da sanção.

Art. 25. O valor da multa pode ser acrescido de até:

I - 5% (cinco por cento), quando o dano resultante ou a vantagem auferida da infração comprometer os padrões de prestação do serviço;

II - 10% (dez por cento), quando o dano resultante ou a vantagem auferida da infração comprometer significativamente os padrões de prestação do serviço;

III - 15% (quinze por cento), no caso de reincidência específica;

IV - 5% (cinco por cento), quando houver antecedentes;

V - 5% (cinco por cento) no caso de circunstâncias não contempladas nos incisos anteriores.

Art. 26. No caso de concessão de efeito suspensivo em sede de recurso administrativo ou pedido de reconsideração, a cobrança da multa deve ficar suspensa até o trânsito em julgado do processo na esfera administrativa.

Parágrafo único. Tendo sido negado provimento ao recurso ou ao pedido de reconsideração, o valor da multa a ser paga deve sofrer correção segundo a variação do IPCA do IBGE.

## MINUTA

Art. 27. No caso de interposição de recurso ou pedido de reconsideração do qual decorra reforma de decisão determinando o afastamento da sanção de multa inicialmente aplicada ou a redução do seu valor, a quantia recolhida indevidamente deve ser restituída, observando-se as disposições da regulamentação específica.

Art. 28. Diante da reforma de decisão, decorrente de recurso ou pedido de reconsideração, que determine o aumento do valor da multa inicialmente aplicada, o valor a ser pago deve corresponder à diferença do novo valor da multa e a quantia já paga.

Art. 29. Publicado o ato de sanção de multa no Diário Oficial do Distrito Federal, seu pagamento deve ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 30. No caso de não-pagamento da multa no prazo fixado no art. 29, o seu valor deve ser acrescido dos seguintes encargos:

I - atualização monetária mensal calculada pela variação mensal do IPCA a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo para pagamento fixado no art. 29;

II - multa de mora de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor atualizado monetariamente a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo para pagamento fixado no art. 30, salvo disposição em contrário;

III - juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, aplicados por capitalização simples, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado no art. 29.

Art. 31. A concessão de serviço pode ser extinta por caducidade, conforme disposto nos artigos 35 e seguintes da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

# MINUTA

## ANEXO 16

### METODOLOGIA PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

#### **1. Aplicabilidade, Critérios e Princípios**

- 1.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato (“REEF”) seguirá a metodologia e procedimento estabelecidos no presente Anexo e no Contrato.
- 1.2. O procedimento de REEF não poderá alterar a alocação de riscos originalmente prevista no Contrato, salvo na hipótese prevista no item 4.2.2.
- 1.3. Independentemente dos mecanismos de REEF, as cláusulas contratuais que disciplinem elementos econômico-financeiros da Concessão somente poderão ser alteradas nos termos do art. 65, incisos I e II da Lei nº 8.666/93.
- 1.4. O procedimento de REEF pressupõe discussão e negociação de boa-fé entre as Partes, inclusive para fins de escolha do método de recomposição aplicável, assegurando-se a preservação da capacidade de custeio das OBRAS, de pagamento dos seus financiamentos e manutenção da prestação adequada dos serviços pela CONTRATADA.

#### **2. Direito à REEF**

- 2.1. As Partes terão direito à REEF nos seguintes casos:

- 2.1.1. “REEF para Efetivação da Alocação de Riscos”: Sempre que um evento gravoso cujo risco é contratualmente ou legalmente alocado como responsabilidade de determinada parte (“Parte Reclamada”) concretizar-se em desfavor da outra parte (“Parte Reclamante”), em decorrência do CONTRATO.
- 2.1.2. “REEF por Alteração Contratual”: Sempre que houver alteração no Contrato (“Alteração Contratual”) para (a) inclusão ou supressão de investimentos ou

## MINUTA

(b) inclusão, alteração ou supressão de escopo do Contrato que impacte custos e/ou receitas.

### 3. REEF para efetivação da alocação de riscos

3.1. **Objetivo.** A REEF para Efetivação da Alocação de Riscos tem por objetivo compensar a Parte Reclamante pela ocorrência de evento cujo risco é atribuído pela lei ou pelo Contrato à Parte Reclamada (“Evento Causador do Desequilíbrio”), de modo a evitar que o Evento Causador do Desequilíbrio impacte negativamente as condições econômicas e financeiras do Contrato para a Parte Reclamante.

3.2. **Metodologia.** A REEF para Efetivação da Alocação de Riscos será realizada utilizando a planilha com as Projeções Financeiras relativas da Contratada (“Planilha das Projeções Financeiras”) para mensuração do desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, preservando-se sempre o benefício econômico-financeiro do Contrato para a Parte Reclamante.

3.2.1. O dimensionamento do desequilíbrio do Contrato será aferido pela apuração das consequências do Evento Causador do Desequilíbrio na Planilha das Projeções Financeiras.

3.2.2. A REEF será realizada mediante: (i) variação do prazo do Contrato, (ii) variação da área de imóveis, (iii) variação do cronograma para a execução de obras e serviços, (iv) variação do valor de obrigações de investimento, (v) ou qualquer outra forma lícita de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

3.2.3. A REEF por eventos que constituam álea econômica extraordinária e/ou extracontratual será realizada respeitando-se o artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/93, observada a matriz de riscos constante do ANEXO 20.

3.3. **Procedimento.** O Poder Concedente e/ou a Concessionária, no prazo máximo de 1 (um) ano da ocorrência do Evento Causador do Desequilíbrio, deverá(ão)

## MINUTA

apresentar às CONTRATANTES o pleito de REEF, por meio de requerimento que apontará:

- i. O Evento Causador do Desequilíbrio;
- ii. A disposição contratual ou legal na qual se apoia o pleito de REEF;
- iii. Os impactos do Evento Causador do Desequilíbrio na Planilha das Projeções Financeiras;
- iv. Os critérios e premissas para mensuração dos impactos do Evento Causador do Desequilíbrio à Parte Reclamante;
- v. Sugestão sobre a forma de REEF a ser aplicada, nos termos do item 3.2.2;
- vi. Planilha das Projeções Financeiras já ajustada para a REEF em decorrência do Evento Causador do Desequilíbrio, considerando, para tanto, o impacto do Evento Causador do Desequilíbrio na Parte Reclamante e a forma de efetivação da REEF sugerida.

3.3.1. As CONTRATANTES concederão prazo de 60 (sessenta) dias para que a outra Parte se pronuncie sobre o pleito de REEF apresentado.

3.3.2. As CONTRATANTES poderão, mediante solicitação de qualquer das Partes, conceder prazo adicional para apresentação de estudos, laudos e relatórios necessários à decisão do pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

3.3.3. As CONTRATANTES poderão realizar os estudos e diligências que entender cabíveis para decisão do pleito de REEF.

3.3.4. As CONTRATANTES analisarão o pleito de REEF e tomarão decisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento de todos os documentos necessários para a decisão do pleito, ressalvada a hipótese, devidamente justificada por escrito, em que seja necessária a prorrogação

## MINUTA

para complementação da instrução por mais 30 (trinta) dias adicionais, sendo certo que novas prorrogações somente serão possíveis mediante prévio acordo entre as Partes.

3.3.5. Se as Partes concordarem com a decisão emitida pelas CONTRATANTES nos termos do item 3.3.4, as CONTRATANTES ajustarão a Planilha das Projeções Financeiras para manter a taxa interna de retorno do projeto originalmente estimada na Planilha das Projeções Financeiras, utilizando, para tanto, os critérios para REEF previstos na sua decisão.

3.3.6. Se qualquer das Partes não concordar com a decisão prevista no item 3.3.4, ela poderá invocar o MECANISMO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS e o PROCESSO DE ARBITRAGEM, observadas as regras do CONTRATO. No caso se inércia das Partes, a decisão das CONTRATANTES sobre o pleito de REEF se tornará vinculante para as Partes.

3.3.7. Se as CONTRATANTES não emitirem a decisão sobre o pleito de REEF no prazo previsto no item 3.3.4, qualquer das Partes poderá invocar o MECANISMO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS e o PROCESSO DE ARBITRAGEM, observadas as regras do CONTRATO, para solução do pleito de REEF, caso em que: (a) eventual decisão das CONTRATANTES para o pleito de REEF adotada após a invocação desses procedimentos não será vinculante para as Partes; (b) somente a decisão amigável ou da arbitragem sobre o pleito de REEF será vinculante para as Partes.

3.3.8. Após a decisão final sobre o pleito de REEF, as CONTRATANTES - ou o Tribunal Arbitral, quando for o caso - realizará o ajuste na Planilha das Projeções Financeiras e assinatura do aditivo contratual para efetivação da REEF. A Planilha das Projeções Financeiras ajustada após REEF será acostada ao Contrato como Anexo do aditivo e se tornará documento vinculante para mensuração e efetivação da REEF a partir da data de assinatura do aditivo contratual.

#### **4. REEF por Alteração Contratual**

- 4.1. Quando uma das Partes (“Parte Requerente”) resolver promover Alteração Contratual, conforme as hipóteses (a) e/ou (b) previstas no item 2.1.2, a REEF por Alteração Contratual será realizada de acordo com parâmetros financeiros a serem definidos em negociação entre o Poder Concedente e a Concessionária.
- 4.2. Caso a Parte Requerente tiver intenção de promover Alteração Contratual, deverá apresentar à outra parte (“Parte Requerida”) o respectivo Projeto Referencial, que deverá contemplar todos os elementos necessários para a tomada de decisão das Partes sobre a Alteração Contratual, considerando, quando necessário, inclusive os aspectos de viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica da Alteração Contratual.
- 4.2.1. Se a Parte Requerida entender que a realização da Alteração Contratual é de interesse de ambas as Partes, as Partes poderão, antes da realização do Projeto Referencial, definir a forma de rateio dos custos para a sua elaboração.
- 4.2.2. O Projeto Referencial será utilizado pelas Partes para estabelecer o objeto e os contornos da Alteração Contratual, os custos de investimento e operacionais estimados, as receitas estimadas, as premissas financeiras, tributos e encargos a serem utilizados na modelagem e a alocação de riscos entre as Partes, se for diversa da já prevista no Contrato. O Projeto Referencial será também utilizado para definir a forma e os valores do Reequilíbrio por Alteração de Escopo e/ou Investimentos.
- 4.2.3. A versão final do Projeto Referencial aprovado pelas Partes deverá ser representado por Projeções Financeiras relativas à Alteração Contratual (“Projeções Financeiras da Alteração Contratual”).
- 4.3. Após a assinatura do aditivo contratual relativo à Alteração Contratual, caso ocorra hipótese de REEF para Efetivação da Alocação de Riscos, conforme previsto no item 2.1.2, a Planilha das Projeções Financeiras da Alteração Contratual será utilizada a

## MINUTA

fim de efetivar a REEF para Efetivação da Alocação de Riscos em decorrência da referida Alteração Contratual, nos mesmos termos previstos no item 3.

4.4. É facultado à Parte Requerida declinar, fundamentadamente, a solicitação de Alteração Contratual ou até a aprovação pelas Partes da versão final do Projeto Referencial e/ou da forma de efetivação da REEF conforme previsto no item 3.2.2.

### **5. Celebração dos aditivos para a REEF**

5.1. A REEF será sempre realizada por meio da assinatura de aditivo contratual.

MINUTA

ANEXO 17

LAUDOS DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL - GLEBA

MINUTA

ANEXO 18

MATRIZ DE RISCOS

(PDF).

## MINUTA

### ANEXO 19

#### VERIFICADOR INDEPENDENTE

#### **DA ATUAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE**

O VERIFICADOR INDEPENDENTE atuará da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO até a extinção do CONTRATO.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE, cuja contratação e atuação deverão obedecer à Cláusula 52.3 do CONTRATO e às condições dispostas neste ANEXO, atuará, de forma independente, com o objetivo de, exemplificadamente:

- a) Certificar a conformidade dos BENS PÚBLICOS a serem entregues pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
- b) Certificar a conformidade dos bens a serem adquiridos pela CONCESSIONÁRIA.
- c) Certificar a conformidade da execução das OBRAS pela CONCESSIONÁRIA.
- d) Certificar a conformidade da execução dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.
- e) Certificar a conformidade dos indicadores de desempenho.
- f) Certificar o atendimento de todas as condições técnicas e de segurança para liberação da operação.
- g) Representar o DISTRITO FEDERAL junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis mediante procuração pública outorgada pelo DISTRITO FEDERAL.
- h) Autorizar a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar plano de trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução de seus trabalhos.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE apresentará ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA relatório de conformidade, devendo também, a qualquer tempo, emitir comunicados ou

## MINUTA

relatórios extraordinários referentes a desconformidades por ela observadas e julgadas relevantes.

Ao VERIFICADOR INDEPENDENTE são conferidos os seguintes poderes e prerrogativas:

- a) Acesso irrestrito aos locais de execução do CONTRATO, respeitada sua operacionalidade.
- b) Acesso irrestrito a toda a documentação direta ou indiretamente relacionada à execução do CONTRATO, de modo a permitir o cumprimento de suas atribuições, aí incluídos, sem a eles se limitar: projetos, desenhos, estudos ambientais, contratos de fornecimento de bens e execução de obras/serviços no âmbito da execução do CONTRATO, relevantes para a certificação dos bens.
- c) Acesso à área operacional para verificação do atendimento de todas as condições técnicas e de segurança para liberação da operação assistida e para liberação da operação comercial.

Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão observar a conformidade com as normas incidentes (legais, técnicas, contratuais, de certificação etc.) e com as melhores práticas existentes.

A equipe do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contar com especialistas de nível superior em todas as áreas de conhecimento que sejam relevantes para o cumprimento das atribuições previstas, e mobilizar, se necessário, especialistas de renome para compor pareceres específicos sobre questões surgidas durante a execução do contrato.

Dentre os profissionais indicados para compor a equipe técnica do VERIFICADOR INDEPENDENTE, deverão necessariamente estar relacionados técnicos devidamente qualificados profissionalmente para as devidas certificações com emissão de relatórios e/ou laudos técnicos de aferição do cumprimento de todos os requisitos, diretrizes e especificações técnicas constantes do CONTRATO, com observância das normas nacionais e internacionais e demais técnicas e métodos aplicáveis, incluindo, dentre outros:zz

- a) Engenheiro Coordenador geral.

## MINUTA

- b) Engenheiro Civil especialista em transportes.
- c) Engenheiro Civil especialista em via permanente.
- d) Engenheiro Engenheiro Civil especialista em obras e arte especial.

Para cada uma das especialidades indicadas anteriormente será exigido que pelo menos 1 (um) dos profissionais tenha formação e experiência compatíveis com o exercício de coordenação das respectivas áreas, conforme a tabela abaixo: zz

Profissional	Formação	Experiência
ENGENHEIRO COORDENADOR GERAL	Curso Superior de Engenharia	No mínimo 10 (dez) anos dedicados como coordenador líder de equipe de gerenciamento de empreendimento de grande porte.
ENGENHEIRO CIVIL - TRANSPORTES	Curso Superior de Engenharia Civil	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas à implantação de empreendimento de grande porte, sendo no mínimo 48 meses em construção de sistemas metroviários ou ferroviários.
ENGENHEIRO CIVIL - VIA PERMANENTE	Curso Superior de Engenharia Civil	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas à projetos e implantação de via permanente em sistemas de transporte

## MINUTA

		rodoviários.
ENGENHEIRO CIVIL – OBRA DE ARTE ESPECIAL.	Curso Superior de Engenharia Civil	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a construção de obras d e arte especial

## MINUTA

### ANEXO 20

#### DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DA SPE IMOBILIÁRIA

Pelo presente instrumento:

a SPE IMOBILIÁRIA [qualificar];

DECLARA, para todos os efeitos de fato e de direito, que CONCORDA e se OBRIGA a cumprir e fazer cumprir EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº \_\_/2018, o CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) Nº \_\_/2018, na modalidade de concessão administrativa, para a construção, conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, bem como se submeter às sanções lá discriminadas, como se parte fosse.

Brasília, \_\_ de \_\_ de \_\_,

\_\_\_\_\_  
SPE IMOBILIÁRIA

Testemunhas:

Nome : \_\_\_\_\_

Nome : \_\_\_\_\_

CPF : \_\_\_\_\_

CPF : \_\_\_\_\_

Ass. : \_\_\_\_\_

Ass. : \_\_\_\_\_